



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 11 | Nº. 20 | Jan./Jun. de 2019

Douglas Orestes Franzen

*Docente do Centro Universitário /
UCEFF.*

douglas@uceff.edu.br

Marciele Wilbert

*Graduanda em Arquitetura e
Urbanismo / UCEFF.*

marcywilbert@gmail

UMA IGREJA MODERNISTA NA PAISAGEM DA CIDADE: uma análise arquitetônica e patrimonial da Igreja de Tunápolis (SC)

RESUMO

O artigo objetivo analisar a dimensão arquitetônica da Igreja Matriz de Tunápolis (SC) diante do seu contexto histórico e patrimonial. O intuito é de compreender a simbologia da arquitetura religiosa modernista, sua manifestação na composição da edificação e sua relevância simbólica para a paisagem e o espaço urbano do município.

Palavras-chave: Tunápolis; Arquitetura religiosa; Modernismo; Paisagem.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the architectural dimension of the Church of Tunapolis (SC) in a historical and patrimonial context. The aim is to understand the symbolism of modernist religious architecture, its manifestation in the composition of the building and its symbolic relevance to the landscape and urban space of the municipality.

Keywords: Tunápolis; Religious architecture; Modernism, Landscape.

Introdução

A arquitetura religiosa é um elemento significativo para compreender a formação das identidades locais no sentido de relacionar a paisagem com a dinâmica social e histórica. Se formos analisar os manuais mais conhecidos sobre história da arquitetura, os edifícios religiosos tiveram um papel de destaque. Essa realidade se torna menos perceptível quando analisamos as produções destinadas à análise arquitetônica do século XX, como se nesse período a arquitetura religiosa tivesse perdido sua relevância para o contexto da história. É preciso assumir de que a religiosidade perdeu gradativamente espaço na sociedade ocidental devido a processos endêmicos como a secularização e o progresso científico e tecnológico. Esse contexto é ainda mais manifesto se vislumbrarmos a produção arquitetônica no campo do catolicismo.

No entanto, é preciso destacar a significativa produção arquitetônica religiosa no século XX. O relativo desinteresse sobre a arquitetura religiosa nesse período pode ser compreendido pela inserção de novos padrões arquitetônicos no catolicismo, principalmente com a inserção da arquitetura modernista a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965). Essa realidade proporcionou uma linguagem mais austera, mais racional, mais horizontalizada e menos verticalizada, aspecto que proporcionou uma nova dimensão da arquitetura religiosa na paisagem. Nessa perspectiva, nosso objetivo é de compreender a arquitetura religiosa modernista e sua dimensão simbólica no contexto histórico e sua relevância patrimonial e paisagística.

O artigo tem por objetivo apresentar uma reflexão sobre a dimensão arquitetônica e patrimonial da Igreja Matriz da Paróquia Santíssima Trindade de Tunápolis, construída em 1972. De caráter modernista, a arquitetura da Igreja se destaca na paisagem da cidade e constitui um elo entre a cultura, a identidade e a história local.

De significativa importância arquitetônica, em função de seu aspecto moderno, a edificação é simbólica na dimensão patrimonial do município pela sua relação histórica e vinculação com a religiosidade local, aspecto muito significativo para o município de Tunápolis.

Objetiva-se apresentar um panorama histórico e um levantamento arquitetônico visando compreender o contexto da edificação, proporcionando um diálogo de caráter reflexivo com o intuito de fomentar debates sobre a dimensão

simbólica da arquitetura modernista como elemento patrimonial. Compreender a dimensão arquitetônica para a paisagem remete à compreensão da identidade, da memória e da cultura do local e sua vinculação com a dinâmica do espaço urbano.

Utiliza-se da metodologia dedutiva que busca analisar premissas que auxiliam a formulação de hipóteses conclusivas acerca da dimensão arquitetônica modernista da Igreja de Tunápolis. Dessa forma, o estudo faz uso de um amparo teórico e conceitual para analisar as dimensões manifestas nos traços e na composição arquitetônica da edificação visando relacionar o templo religioso com o contexto histórico e paisagístico.

A colonização do Distrito de Tunas e sua emancipação político-administrativa

Em 1950 ocorreu a implantação pela colonizadora *Volksverein*, do núcleo colonial que passaria a ser chamado de Tunas. A colonização da região se insere no contexto da colonização de Itapiranga, denominada inicialmente de Colônia Porto Novo, como espaço destinado a receber colonos de ascendência católica e alemã (EIDT, 2011). Essa singularidade do escopo cultural homogêneo constitui uma base cultural bastante caracterizante da população local, formatando um padrão sociocultural com marcante presença da religiosidade católica. Era uma das características da colonização Porto Novo a formatação de núcleos coloniais alicerçado numa estrutura comunitária marcadamente caracterizada pela presença da escola, do clube social e da igreja.

A colonização Porto Novo teve início no ano de 1926, mas teve seu processo de ocupação ocorrido a partir do leito do Rio Uruguai em direção aos limites fronteiriços de seu território. Nesse sentido, a colonização da região de Tunápolis foi uma das últimas fronteiras ocupadas da gleba Porto Novo.

Edificações como escolas e igrejas, espaços de relevância coletiva e comunitária, foram as principais prioridades dos moradores da vila. A primeira igreja em madeira (Imagem 01) foi construída pela comunidade católica no ano de 1953, edificação que nos primeiros anos também funcionou como escola. Podemos perceber que a dimensão religiosa e educacional esteve consideravelmente presente no contexto da colonização desde o princípio, aspecto que potencializa o debate que propomos ao considerar a arquitetura religiosa como elemento significativo para o contexto histórico e cultural local.

Imagem 01: Vista parcial da Vila Tunas, ano 1954. Ao fundo a primeira igreja em madeira.



Fonte: Museu Público Municipal, 2019.

Política e administrativamente a Vila Tunas foi elevada à categoria de Distrito de Itapiranga no ano de 1961 e a emancipação ocorreu no ano de 1989, com a denominação de Tunápolis.

O patrimônio histórico

O patrimônio histórico possui uma dimensão simbólica que o conecta com o passado, cria elos de memória que dão significados e sentidos para vivências, dão suporte para a manifestação da cultura e da identidade. Nesse sentido, os estudos sobre os lugares e os personagens revelam a importância do passado e da história, pois permitem o entendimento dos fatos e o reconhecimento de contextos sociais, políticos e arquitetônicos dos espaços e das diferentes conjecturas históricas.

Os levantamentos e os estudos históricos, sobretudo sobre o patrimônio de determinado lugar, permitem criar uma relação entre o passado e o presente. Patrimônio aqui é entendido como todos os bens, materiais e imateriais, naturais ou construídos, que uma pessoa ou um povo possui ou consegue acumular, que significam a identidade, vinculam as temporalidades e constituem padrões culturais. Trata-se de todo o patrimônio resultante da ação humana, mas que, além disso, têm sentido, significado e simbologia.

O patrimônio cultural diz respeito ao conjunto de bens, de natureza material e/o imaterial, que guarda em si referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos sociais. É um elemento importante para o desenvolvimento, a promoção do bem-estar social, a participação e a cidadania. Enquadram-se aqui, formas de expressão, manifestações artísticas, culinárias, criações tecnológicas, documentais, entre outros.

Estudar um patrimônio é mais do que interpretar as suas características, é também uma maneira de preservá-lo, seja ele natural, cultural ou edificado. Através dos estudos patrimoniais é possível levar à comunidade em geral a importância destes bens, incentivar políticas de preservação, fomentar uma educação patrimonial e significar o contexto histórico e cultural diante da singularidade de determinado bem.

No caso da Igreja de Tunápolis é preciso vislumbrar a sua dimensão patrimonial a partir de duas perspectivas. A primeira no sentido de sua vinculação histórica e da representatividade da religiosidade católica para o contexto histórico e cultural. A segunda pela sua dimensão arquitetônica modernista, elemento muito significativo, pois remete a uma interpretação da Igreja como uma linguagem de uma época, de um padrão arquitetônico que representou a inserção dos conceitos de arquitetura moderna para a Igreja Católica.

Nessa perspectiva, a reflexão sobre a relevância arquitetônica da Igreja de Tunápolis se faz necessária no sentido de dar a ela seu devido valor patrimonial e paisagístico. A arquitetura modernista já é tratada como um valor patrimonial por ser reflexo de um contexto histórico do século XX e o seu reconhecimento parte da sua identificação e pelos seus atributos que viabilizem a sua conservação por aspectos estéticos, históricos, educacionais, memoriais e simbólicos (OKSMAN, 2011).

A arquitetura religiosa modernista: uma dimensão patrimonial

A arquitetura religiosa se destaca na paisagem pela sua dimensão simbólica e patrimonial. Ela é referencial para o contexto do espaço pela sua manifestação arquitetônica e cultural, sendo um registro da ação da sociedade em seu tempo.

Nessa dimensão, a arquitetura religiosa moderna manifesta uma concepção construtiva que refletiu o processo de abertura do catolicismo aos

desafios do contexto histórico dos séculos XIX e XX. Nas propostas modernistas do século XX a arquitetura se prostrou no sentido de valorizar a funcionalidade e a técnica em detrimento de questões estéticas, plásticas, artísticas e ornamentais. No entanto, o que se viu na prática foi a solicitação de se manter um programa simbolicamente voltado para questões poéticas e metafóricas (LIMA JUNIOR, 2016).

A arquitetura moderna representou uma manifestação das demandas contextuais do século XX, do avanço tecnológico e industrial, das necessidades do mercado, das possibilidades arquitetônicas advindas da concepção de design, da funcionalidade e de uma linguagem mais racional para o conjunto arquitetônico.

Segundo Lima Júnior (2016: 21),

Do ponto de vista formal, o racionalismo e o funcionalismo reduzem a arquitetura a seus elementos essenciais, organizando-se basicamente através de uma retícula horizontal e outra vertical, que proporciona uma composição simples e clara, repudiando o ornamento e suas atribuições simbólicas. A ênfase recai sobre a abstração da forma, manifesta nas estruturas, nos elementos e formas geométricas puras.

Para compreensão da especificidade do nosso objeto de estudo, é preciso compreender a demanda da arquitetura religiosa moderna a partir da realização do Concílio Vaticano II (1962-1965), que reformulou diversos princípios e doutrinas do catolicismo cristão ao contexto da modernidade. Nessa dimensão, o objetivo dessa reformulação visou ressignificar atos litúrgicos como a eucaristia e a participação mais ativa dos fiéis nas celebrações (MARTINS, 2015).

O documento conclusivo sobre as práticas da arte e da arquitetura religiosa advindo do Concílio Vaticano II foi a Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium* sobre a Sagrada Liturgia, mais precisamente o Capítulo VII – A Arte Sacra e as Alfais Litúrgicas. Segundo o documento, a Igreja nunca considerou um estilo como próprio seu, mas aceitou os estilos de todas as épocas. Na perspectiva da construção de edifícios sagrados, a Constituição reconhece que a Igreja aceitou ao longo do tempo na matéria, na forma e na ornamentação, as mudanças que o progresso técnico foi introduzindo (VATICANO, 1963). Resumidamente, através dessa afirmação, a Igreja dava sinal verde para a manifestação da arquitetura moderna em seus templos e edifícios, até então marcadamente mais historicista através dos estilos góticos, românico e classicista. O movimento moderno que já

estava consolidada na arquitetura civil, passa a se manifestar nos templos religiosos a partir da década de 1960.

Reside nesse aspecto um elemento significativo na representação simbólica da Igreja de Tunápolis. Ela pode ser considerada uma das primeiras manifestações da arquitetura moderna na região manifesta em templos religiosos. Esse aspecto é muito significativo visto que a grande maioria das igrejas católicas feitas em alvenaria, edificadas na região da antiga colonização Porto Novo, manifestavam uma linguagem arquitetônica de revivalismo gótico.

A Igreja Matriz de Tunápolis uma perspectiva histórica

Tunas se desenvolveu com base nos padrões da colonização Porto Novo, colonizada por alemães católicos. Historicamente teve manifesta desde o início da colonização a preocupação com o espaço comunitário, um local onde as famílias pudessem se reunir para expressar a religiosidade. De maneira geral, religião e educação fundiam-se na dinâmica social e cultural. Essa situação repetia-se como um padrão na maioria dos centros comunitários das vilas, primeiro em função da religião, e segundo em função do espírito comunitário e cultural.

As edificações de caráter coletivo, como igrejas, escolas e centros comunitários eram construídas em sua maioria com o trabalho voluntário das famílias, em alemão denominado de *Frohnarbeit*. As famílias de colonizadores trabalhavam em equipe, auxiliavam umas as outras. Essa condição estendeu-se também a organização política e religiosa, espaços públicos como igrejas, por exemplo. Essas obras de interesse coletivo eram construídas em conjunto, cada família auxiliava com materiais construtivos, donativos em moeda ou espécie, além de muitas horas de trabalho braçal. Essa era uma maneira de, em meios às dificuldades do processo colonizador, promover o desenvolvimento da colônia através de uma coerção social e cultural liderado pela Igreja Católica, que caracterizou grande parte da dinâmica histórica local.

Em Tunas a primeira missa foi rezada em 21 de Setembro 1951, nos primórdios de colonização quando ainda não havia uma igreja edificada. Moravam na vila em torno de 50 pessoas. Em maio de 1953 iniciou-se a construção da primeira igreja, toda em madeira, onde também funcionou a primeira escola sendo escolhida a Santíssima Trindade como sua padroeira. A simbologia da Santíssima Trindade é manifesta pelo componente espiritual e também por um componente

geográfico, pois ao centro da vila Tunas confluem três riachos que dão à comunidade católica a sua denominação.

Em 1963 já se manifestava na comunidade a necessidade de construção de uma nova igreja, sendo realizada naquele mesmo ano uma festa popular com o objetivo de arrecadar recursos financeiros para a construção. No ano seguinte, cada família forneceria a contribuição de um porco como forma de angariar capital para a construção. Foram as primeiras manifestações em prol da construção da nova igreja que só se concretizaria em 1976.

Em 05 de setembro de 1971 reuniram-se os sócios da comunidade e representantes dos setores da indústria, comércio e agricultura para eleger a comissão que organizaria o projeto e a execução da nova igreja. A comissão ficou assim formada: Arnaldo Eidt- presidente, Egon Berger-tesoureiro e Waldomiro Frantz-secretário.

O projeto da nova igreja foi elaborado por Emílio Benvenuto Zanon, artista autodidata conhecido por conceber obras no campo da arquitetura religiosa, arte vitral e restaurações. Zanon realizou inúmeras pinturas e croquis arquitetônicos principalmente na região serrana do Rio Grande do Sul. Para coordenar a execução da obra e organizar o orçamento foi contratado o mestre de obras Adão Thomas e o Padre Vigário Wunibaldo Steffen para auxiliar na gestão dos recursos financeiros e administrativos.

Imagem 02: Croqui de concepção arquitetônica da Igreja



Fonte: Paróquia Santíssima Trindade.

A imagem do quadro é uma pintura feita por Emílio Zanon que apresenta a proposta da nova igreja através da pintura nanquim, técnica utilizada por antigos arquitetos e artistas que consiste na aplicação da tinta nanquim em uma superfície de papel com o uso de penas ou pincéis de bambus.

Por ser artista autodidata o projeto feito por seu Emílio não apresentava as instalações elétricas, sanitárias e de cobertura, um desafio para a comissão, que após diversas negociações contratou o construtor José Pedro Ott para executar os serviços da cobertura da igreja e seus acabamentos. Assim em maio de 1972 iniciou-se a construção da nova Igreja.

Para a execução da obra foram organizadas 10 equipes de trabalhadores voluntários residentes em Tunápolis. O processo de execução foi extremamente conturbado em função das dificuldades de contato e pela pouca participação de Emilio Zanon na obra. De qualquer forma o arquiteto ficou responsável pelo levantamento das paredes semi-ocas; fundir e colocar os elementos vazados e os respectivos vitrais; fazer o contrapiso de tijolos rejuntados e as escadarias de acordo com o projeto. As plantas da mobília da plateia e do altar também foram de sua autoria, bem como a pintura aos fundos do altar.

Em Abril de 1974 iniciou-se a colocação do telhado, a obra começava a tomar forma, mas apenas em 1976 ela foi totalmente finalizada com a colocação do piso e do forro. Em Outubro daquele mesmo ano o Bispo Dom José Gomes benzeu e inaugurou finalmente a nova igreja.

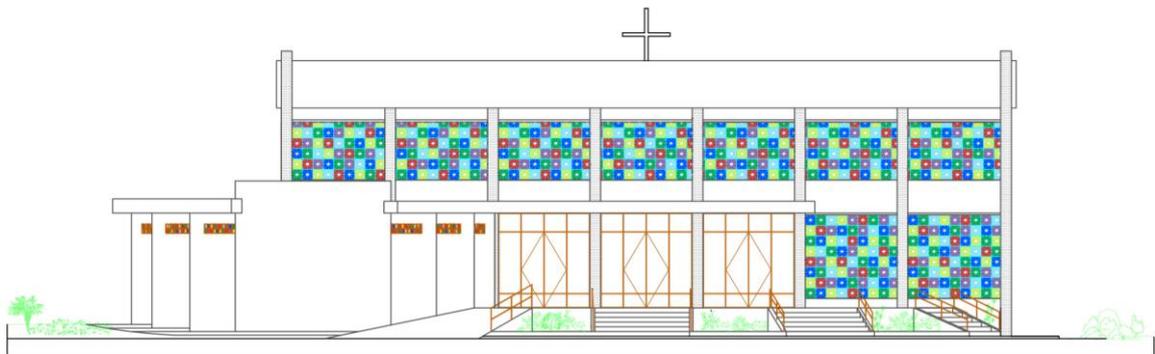
O projeto e sua dimensão arquitetônica

Como já citado, a autoria do projeto original da nova igreja foi do Senhor Emilio Benvenuto Zanon, que o ilustrou à mão. O detalhamento do projeto original não consta no arquivo da Paróquia e por isso, recentemente um escritório de engenharia local foi contratado (Bordô Engenharia) para efetuar o levantamento e criou a planta virtual através de um software. Através das plantas é possível identificar as principais formas, o destaque dos vitrais nas fachadas e o significativo pé direito.

Imagem 03: Vista da Igreja Atual

Fonte: Acervo dos Autores, 2018.

Na fachada frontal o programa é composto por uma marquise que se conecta com o volume lateral da edificação em justaposição ao volume angular superior. A combinação de formas e volumes é um dos artifícios plásticos da arquitetura moderna.

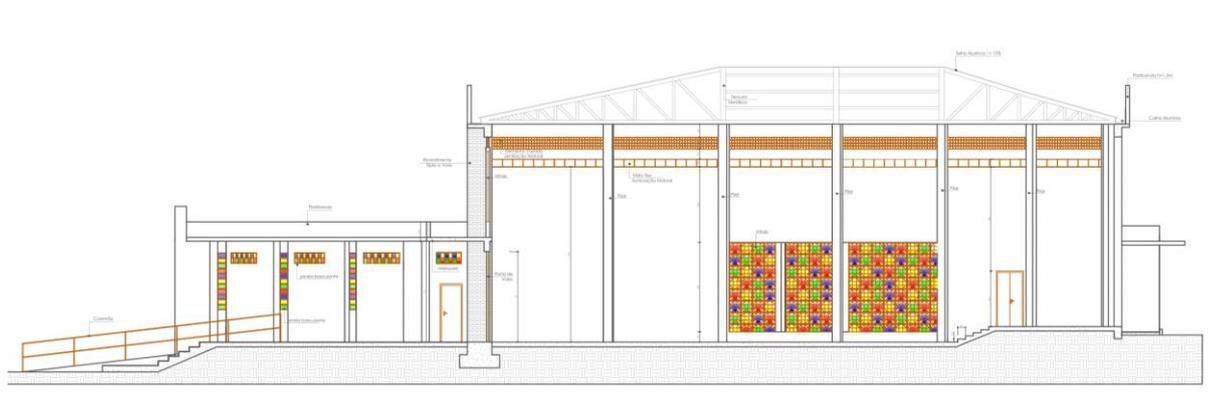
Imagem 04: Planta virtual da fachada principal

Fonte: Arquivo da Paróquia Santíssima Trindade

Ao analisar a edificação na sua composição arquitetônica podemos perceber características do movimento moderno. O primeiro a destacar é a platibanda na cobertura, aspecto que proporciona uma estética singular para a edificação. O segundo elemento é a volumetria que alterna planos e superfícies curvas com traços retilíneos e angulares. A volumetria curva é um elemento muito

presente na arquitetura modernista, onde a sinuosidade das formas representa uma composição arquitetônica peculiar.

Imagem 05: Corte Longitudinal



Fonte: Arquivo da Paróquia Santíssima Trindade

Conforme Martins (2015), a arquitetura religiosa modernista se caracteriza de maneira geral por uma ruptura formal, material e programática com forte traços de uma arquitetura racionalista.

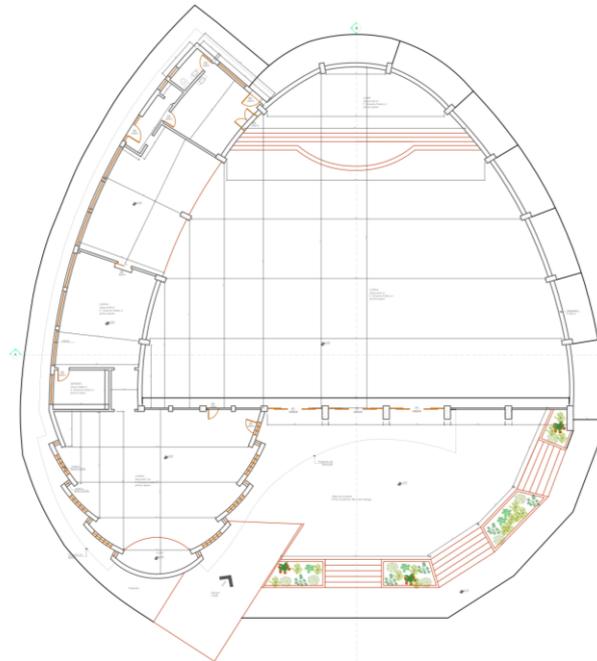
Geralmente são construções de alvenaria, com estrutura e lajes em concreto, a forma seria cada vez reduzida a volumes geométricos, mais abstratos e elementares. Os materiais como o vidro, ferro e compensados de madeira substituiriam grossas e pesadas paredes. A busca por uma relação entre interior e exterior através dos painéis de vidro seria explorado nos partidos cada vez mais fluidos (MARTINS, 2015: 153).

No ambiente interno é preciso destacar a preocupação com a planta livre no sentido de proporcionar uma ambientação mais unificada para os fiéis, no sentido de promover um ambiente mais singular e aproximar os fiéis do altar. A planta circular favorece a compreensão de que não há diferenciação espacial dentro do templo, aspecto que fortalece princípios cristãos de igualdade e comunhão, elemento muito representativo no contexto do Concílio Vaticano II (MARTINS, 2015).

A planta circular foi utilizada em variados momentos da história da arquitetura, como manifestação simbólica e ritualística, tendo muita aceitação em templos religiosos desde a antiguidade. Para o catolicismo a forma circular também possui um valor simbólico significativo, desde a liturgia com o ritual da óstia sagrada

que simboliza o Corpo de Deus, até o conjunto da Santíssima Trindade, formado por três círculos que se intersejam (LAPA, 2015).

Imagem 06: Planta baixa técnica



Fonte: Arquivo da Paróquia Santíssima Trindade

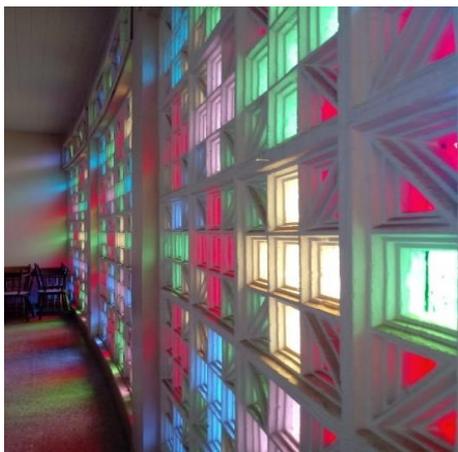
Os vitrais refletem uma característica marcante da fachada. Externamente eles formam um mosaico policromático. No interior da igreja a cor dos vidros é refletida para o piso e paredes através da claridade da luz externa.

Imagem 07: Identificação dos vitrais na Fachada Frontal



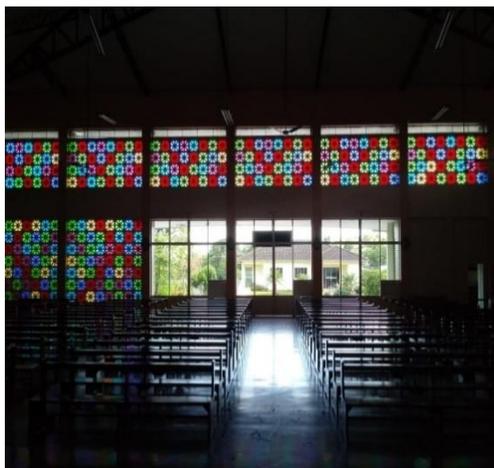
Fonte: Acervo dos Autores, 2018.

Imagem 08: Vitrais no ambiente interno



Fonte: Acervo dos Autores, 2018.

Imagem 09: Vitrais na entrada da igreja



Fonte: Acervo dos Autores, 2018.

Outro detalhe que é importante destacar são os pilares que sobressaem do volume secundário da edificação. Eles constituem um detalhe marcante na fachada e configuram o ambiente interno, ali foram inseridas janelas tipo basculantes com vitrais colorido.

Os cobogós empregados na platibanda da cobertura, também são caracterizantes nas fachadas, é importante ressaltar que os vitrais nas fachadas e nas janelas e os cobogós foram moldados e executados pelo autor do projeto. O cobogó é um elemento muito utilizado na arquitetura modernista brasileira pelo seu potencial de conforto térmico.

Imagem 10: Elementos vazados com cobogós



Fonte: Acervo dos Autores, 2018.

A pintura do altar representa a Santíssima Trindade: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. De significativa relevância para o conjunto arquitetônico, a pintura está representada na parede curva e simboliza a convergência do ambiente interno da Igreja.

Imagem 11: Perspectiva do altar



Fonte: Acervo dos Autores, 2018

O telhado é formado por um conjunto de treliças metálicas, que dão sustentação à cobertura. Com a cumeeira ao centro, a inclinação das águas ocorre para as laterais em direção à platibanda.

Considerando a época em que foi projetada e os recursos técnicos que existiam quando da sua construção, a igreja marcou um período importante na história do município de Tunápolis. Construir uma edificação contemporânea em estilo modernista em uma localidade essencialmente ruralizada foi com certeza um grande desafio, aspecto que exponencializa a igreja na sua relevância patrimonial.

A Igreja Matriz como patrimônio arquitetônico e cultural

O patrimônio arquitetônico se manifesta como um elemento de considerável relevância na atualidade no sentido de fomentar a ideia de um pertencimento social e cultural, de um vínculo histórico advindo das relações constituídas no passado e no presente. Desta forma uma edificação não precisa ser centenária ou tombada para ser considerada um patrimônio histórico, basta estar relacionada com a história das pessoas e da paisagem.

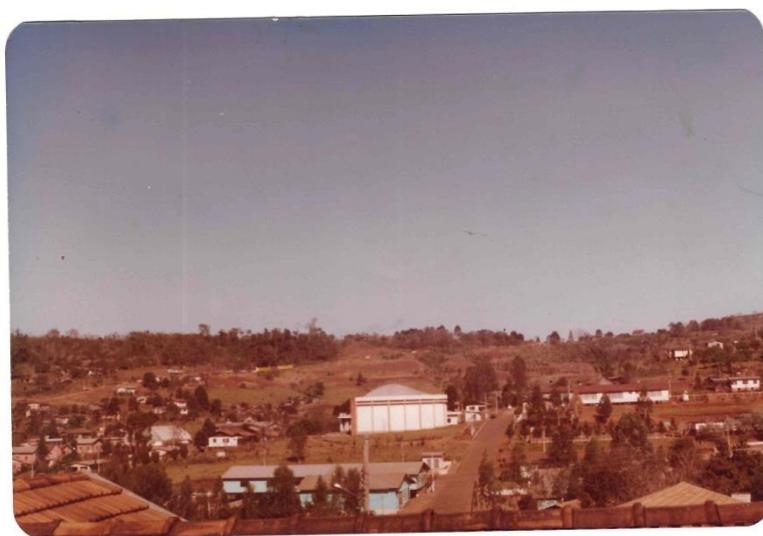
Os objetos, edifícios e lugares são objetos materiais, portadores de uma mensagem ou de um argumento cuja validade, no quadro de um contexto social e cultural determinado e de sua compreensão e aceitação pela comunidade, os converte em um patrimônio. (CARTA DE BRASÍLIA, 1995: 3)

A igreja é o símbolo representativo da organização social e cultural de Tunápolis, a religiosidade foi um elo marcante do seu processo de evolução e teve uma ligação direta com a escolarização, a formação das comunidades católicas. A organização social e comunitária gira em torno da instituição religiosa, sendo um elemento de convergência cultural e histórica.

Nesse sentido a Igreja matriz de Tunápolis, construída por volta da década de 70, representa um patrimônio arquitetônico em função da importância que teve para o município. Sua construção certamente é resultado do espírito religioso e empreendedor dos primeiros moradores que não mediram esforços para durante 15 anos (1961 a 1976), organizar a construção da edificação.

Para os moradores da antiga Vila Tunas a proposta de uma igreja com planta circular, destoante dos padrões retangulares até então vigentes na região naquela época, com paredes de alvenaria e vitrais nas fachadas representou uma verdadeira obra de arte e um símbolo de prosperidade. É época em que a maior parte das residências, igrejas e outras edificações eram de madeira, a alvenaria lentamente passou a ser empregada nas concepções arquitetônicas.

Imagem 13: Vista parcial da Vila Tunas no ano de 1980 tendo a igreja ao centro.



Fonte: Museu Público Municipal, 2019.

A Igreja na sua dimensão arquitetônica é uma das edificações mais antigas do município no que concerne à sua relevância comunitária e paisagística. A paisagem é um elemento de referência cultural e simbólica. Na concepção de Pesavento (2007: 4), “a construção de identidades urbanas tem seu acabamento na construção de paisagens, onde o enquadramento do espaço construído com seus elementos referenciais e icônicos se enlaça com o meio natural”.

Maximiano (2004) entende de que a paisagem é entendida como um produto visual onde interagem elementos naturais e sociais, inerentes a um mesmo espaço, que pode ser cartografada em escalas com variadas perspectivas. Nesse sentido, não se confunde com espaço, mas um elemento integrante dele, sendo um parâmetro ou medida multidimensional de análise espacial.

Pela sua localização destacada no contexto da paisagem urbana, a igreja aqui analisada tem um potencial patrimonial significativo. Ela constitui um elo representativo para o contexto espacial, sendo símbolo representativo e elemento de convergência para localização espacial e paisagística da cidade. A edificação está inserida na paisagem da cidade muito antes da emancipação do município, como podemos ver na Imagem 13, possui uma história, uma representatividade no contexto espacial.

Imagem 14: Perspectiva urbana de Tunápolis com destaque para a Igreja Matriz



Fonte: Google Earth. Adaptado pelos autores, 2019.

A Imagem 14 ilustra a localização da Igreja no contexto urbano de Tunápolis, onde percebemos sua localização centralizada, num nível de terreno mais elevado, o que a destaca na paisagem local.

Considerações Finais

É fundamental criar formas de manter viva a história e preservá-la de tal forma que gerações futuras também consigam ter acesso ao que ao patrimônio do lugar onde vivem. O patrimônio possui um potencial educativo, representativo e identitário importante para a constituição da ideia de pertencimento e de vinculação das gerações contemporâneas com a história.

A igreja de Tunápolis é significativa pela sua arquitetura modernista, pois representa uma das primeiras manifestações arquitetônicas modernas em edificações religiosas no contexto do Concílio Vaticano II. O projeto arquitetônico manifesta uma linguagem racional e austera e simboliza uma vinculação da identidade religiosa com o contexto paisagístico.

Com uma análise dedutiva podemos concluir que a igreja modernista de Tunápolis é significativa e representativa para a paisagem. Na concepção de Pesavento (2007), a paisagem é determinante na construção de identidades, onde os determinantes espaciais nos quais se enfatiza a arquitetura constituem a dinâmica do meio natural e do espaço urbano. Nesse sentido, reforça-se a necessidade da valorização da igreja pelo seu componente arquitetônico e que possa servir de referencial para a população local como um elo do presente constituído com a história e a memória.

Referências

Arquivo do Museu Público Municipal de Tunápolis. Acervo fotográfico, 2019.

CARTA DE BRASÍLIA. Documento Regional do Cone Sul sobre Autenticidade. Portal do Iphan, 1995. Disponível em <
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20Brasilia%201995.pdf>>
Acesso em 18/04/2019.

EIDT, Paulino. Projeto Porto Novo: utopia ou etnocentrismo? In: *Revista Esboços*, v. 18, n. 25, p. 184-211, ago. 2011.

LAPA, João David F. *Variações tipológicas da planta circular na arquitetura ocidental*. 208 f. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Porto, Portugal, 2015.

LIMA JUNIOR, Márcio Antônio. *O traço moderno na arquitetura religiosa paulista*. 368 p. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016,

MAXIMIANO, Liz Abad. Considerações sobre o conceito de paisagem. In: *Revista Raega*. Curitiba, n. 8, p. 83-91, 2004.

MARTINS, Jorge A. R. *Arquitetura religiosa após Concílio Vaticano II: adequação do espaço celebrativo ao rito litúrgico – o caso do Alto Minho*. 476 p. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola Superior Gallaecia. Portugal, 2015.

OKSMAN, Sílvio. *Preservação do patrimônio arquitetônico moderno: a FAU de Vilanova Artigas*. 128 f. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

PESAVENTO, S. J. História, Memória e Centralidade Urbana. *Revista Mosaico*, p. 3-12, v. 1, n. 1, jan./jun. 2008.

POLAK, Michael, Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol5 nº 10, 1992. Pg. 200-212. Disponível em <www.pgdef.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20>. Acesso: 05/12/18

VATICANO. *Constituição Conciliar Sacrosantum Concilium sobre a Sagrada Liturgia*. 1963. Disponível em <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosantum-concilium_po.html> Acesso em 12 de Abril de 2019.

Douglas Orestes Franzen

Doutor em História pela Universidade de Passo Fundo. Docente do Centro Universitário Unidade Central De Educação Faem Faculdade - UCEFF.

Marciele Wilbert

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Unidade Central De Educação Faem Faculdade - UCEFF Itapiranga.